

# **NATUREZA E TENDÊNCIAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS CRIADOS NO DISTRITO FEDERAL ENTRE 1995 E 2005**

SOUSA, José Vieira de – UnB – sovieira@fe.unb.br

GT: Política de Educação Superior / n.11

Agência Financiadora: Sem Financiamento

## **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir resultados de pesquisa realizada sobre a natureza e as tendências verificadas na criação dos cursos de graduação presenciais no Distrito Federal/DF, no período entre 1995 e 2005.

O estudo abarcou dados relativos a todas as 68 (sessenta e oito) instituições de educação superior/IES instaladas no DF entre 1962 e 2005, sendo duas públicas – Universidade de Brasília/UnB e Escola Superior de Ciências da Saúde que, mantida pelo governo do DF e instalada em 2002, oferta apenas o curso de Medicina – e 66 de natureza privada, assim distribuídas – cinquenta e oito particulares e oito comunitárias/confessionais/filantrópicas (INEP, 2006).

A pesquisa foi realizada nos anos de 2005 e 2006 e adotou uma perspectiva da análise descritiva, por considerar que essa abordagem possibilita, ao longo da interpretação dos resultados, a constante ilustração com os dados levantados. Trabalhou-se com documentos norteadores da política educacional brasileira para a educação superior no período estudado; relatórios e sinopses desse nível de ensino, produzidos pelo Ministério da Educação/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP; arquivos de jornais e noticiários a respeito das instituições investigadas e da educação superior brasileira como um todo; documentos elaborados por entidades científicas e acadêmicas, que têm tratado desse nível de ensino no país. Merece também destaque a atenção dada às portarias baixadas pelo MEC e aos pareceres do Conselho de Educação do Distrito Federal/CEDF e do Conselho Nacional de Educação/CNE, relacionados às instituições contempladas no estudo, bem como a questões gerais da educação superior brasileira, no período de interesse da pesquisa.

Na investigação realizada, partiu-se da premissa que o campo da educação superior, como qualquer outro campo, configura-se em um espaço no qual agentes e instituições que o compõem possuem interesses distintos. Ao participarem da lógica de funcionamento desse campo, adotam estratégias variadas, como, por exemplo, em relação à criação de determinados cursos de graduação presenciais, foco deste trabalho.

O texto está estruturado em três partes. Na primeira parte, apresenta-se o campo da educação superior do DF, ressaltando-se dados estatísticos a respeito de sua recente expansão, particularmente na esfera privada. A seguir, resalta-se o caráter acentuadamente heterogêneo do sistema de educação superior brasileiro, em termos de instituições, vocações e propostas de cursos. Por último, são discutidas a natureza e as tendências observadas no processo de criação dos cursos de graduação presenciais pelo conjunto das IES pesquisadas, no período citado.

### **O campo da educação superior do Distrito Federal como *locus* da pesquisa**

Segundo Sousa e Araújo (2006), a história da educação superior do DF pode ser dividida em dois momentos: 1962-1993, correspondente à sua instalação e consolidação, e 1996-2004, período que corresponde à sua acentuada expansão. Nessa unidade federada, a universidade federal foi criada em 1962 e as duas instituições de natureza privada foram instaladas em 1968.

Até 1993, o DF contava com treze IES: uma pública (federal) e doze vinculadas à esfera privada – três faculdades integradas e nove estabelecimentos isolados (MEC, 1994). Porém, em dez anos (1995-2005), a educação superior local passou por um acelerado processo de expansão. Nesse período, houve um aumento de 423,0% no número de IES, à medida que foram criados 55 (cinquenta e cinco) estabelecimentos, sendo apenas um público – instalado em 2001 – vinculado à Secretaria de Saúde estadual.

De acordo com Sousa (2003), são cinco as causas que, em ordem decrescente, justificam a recente expansão do campo da educação superior privada no DF: (i) a demanda existente e que não vinha sendo atendida pela única instituição pública (UnB) e os estabelecimentos privados criados no período 1968-1993; (ii) o estímulo apresentado pela política educacional definida, na década passada, para esse nível de ensino; (iii) a rentabilidade atribuída ao segmento privado da educação superior; (iv) o interesse de alguns proprietários de escolas de educação básica em aproveitar a estrutura que seus estabelecimentos já possuíam; (v) o nível de renda da população local, considerado elevado em relação ao de outras unidades federativas.

No ano de 1995 havia, no Brasil, um total de 684 IES privadas (MEC, 1998), passando esse número, em 2005, para 1.934 (MEC, 2006), representando um crescimento da ordem de 182,75%. Todavia, no mesmo período, o aumento do número

de instituições privadas mostrou-se bem mais acentuado no DF, à medida que passou de apenas 12 (doze) para 66 (sessenta e seis), revelando um aumento de 450,0%.

Com efeito, esse crescimento da esfera privada local vem concorrendo para que as matrículas no setor aumentassem significativamente entre 1995 e 2005. Porém, ainda que, nesse período, o crescimento do número total de matrículas na educação superior local tenha sido de 199,4% (respectivamente, 38.686 e 115.840 alunos), a grande maioria das matrículas concentrou-se na rede privada, visto que de 25.875 matrículas, em 1995, passou-se a 96.761, no ano de 2005, perfazendo um aumento de 273,9% (MEC, 2006). Na esfera pública, esse percentual foi de 48,9%, à medida que, nesse último, encontravam-se matriculados 12.811 alunos, em 1995, e 19.079, em 2005.

### **Educação superior brasileira: heterogeneidade de instituições e vocações**

Nos últimos trinta anos, o campo da educação superior brasileira tem sofrido consideráveis mudanças em sua morfologia. Essa alteração morfológica tem ocorrido em diversos aspectos desse campo, implicando a instalação de uma tipologia variada de estabelecimentos com características institucionais e práticas acadêmicas bastante diferenciadas. Com efeito, a evolução desse nível de ensino no país mostra que este tem se constituído em um campo acadêmico de extrema complexidade, envolto por uma expressiva heterogeneidade institucional, extensiva às esferas pública e privada.

A complexa configuração do campo da educação superior no país demanda, portanto, análises que busquem um melhor conhecimento das constantes mudanças verificadas no âmbito das instituições que formam esse campo. Nesta perspectiva, é importante avançar para o desvelamento de uma realidade extremamente diferenciada e marcada por IES que apresentam vocações distintas e distribuição espacial variada.

Particularmente, nos últimos doze anos, a educação superior no país e no DF sofreu rápidas transformações provocadas por inúmeros fatores de natureza específica desse campo e outros de natureza direta e indiretamente a ele relacionados. Apesar desse cenário de mudanças, diversos atores e entidades vêm se mostrando de acordo, em relação a alguns problemas enfrentados por esse nível de ensino no país. Dentre esses, destacam-se as grandes disparidades e concentrações regionais na oferta dos cursos, o nível de qualificação docente, especialmente no segmento privado, e os mecanismos de controle da qualidade do ensino ofertado, especialmente em nível de graduação.

No Brasil, na década de 90, ocorreram consideráveis mudanças nas relações entre o Estado e as IES, quadro definido, principalmente, em função das políticas governamentais adotadas para o setor e da nova ordenação definida pela Lei de Diretrizes e Bases/LDB – Lei 9.394/96. Nesse contexto, as diretrizes estabelecidas para a educação superior passaram a conviver com a expansão do segmento privado, mobilizando atores e instituições nele envolvidos. Caracterizada por uma retomada do liberalismo de mercado e notabilizada por consideráveis mudanças no mundo do trabalho e da produção (DOURADO, 2004), a referida década assistiu, no país, ao crescimento das IES privadas, processo marcado pela diferenciação institucional.

O meio acadêmico formulou muitas críticas diversas em relação à política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso/FHC, em seus dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002) para a educação superior. Silva Júnior & Sguissardi (2000), por exemplo, sustentaram a idéia de que as políticas públicas definidas para esse setor na última década orientaram-se pelo paradigma da oferta do Estado – influenciado por orientações advindas de organismos internacionais – e não pelo paradigma de demanda da sociedade. Segundo essa compreensão, o Estado parte da idéia de que a educação superior pode ser oferecida por quem quiser e puder, desde que se habilite às regras definidas pelo poder público. Nesta linha de raciocínio, particularmente, o governo FHC formulou, de fato, “[...] um projeto educacional, de caráter orgânico, alinhado ao modelo gerencial que atende aos requerimentos das agências externas de cooperação e financiamento” (AGUIAR, 2004, p. 124), buscando apoio na legislação da época.

Porém, diante da heterogeneidade institucional desse sistema e dos conflitos e interesses distintos nele presentes, a política em questão teria contribuído para que o MEC ficasse, em certo sentido, refém de determinados grupos que possuem peso relevante no mercado e no campo da educação superior. Sob este ponto de vista, nos últimos governos, o Estado definiu políticas públicas que se mostraram reféns de uma lógica econômica em que o mercado passa a reger tanto as relações da economia quanto as relações sociais. (GRACINDO, 2004).

Com efeito, a década passada apresentou uma demanda expressiva para a educação superior no país e o poder público não conseguiu assegurar uma oferta correspondente, criando um problema de mercado. Essa perspectiva de análise foi compartilhada por alguns especialistas ligados, em níveis variados, à educação superior brasileira e que participaram, em determinados momentos, da formulação das políticas do governo FHC para o referido nível de ensino, como, por exemplo, Eunice Durham:

É muito difícil segurar o ensino privado porque ele se transformou num grande negócio. Isso não é uma falha que se manifesta nesse momento, mas demonstra a dificuldade de enfrentar um problema muito sério e complicado. A condução da política educacional não foi capaz de estabelecer com clareza os objetivos e rumos do sistema superior, embora haja sistemas de avaliação e controle. (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 11)

Para resolver esse problema, o governo defrontou-se com um dilema: garantir o atendimento à demanda existente para a educação superior, fazendo isso com investimentos do próprio poder público – até porque, em primeira instância, esta é uma obrigação do Estado – ou estimular a iniciativa privada. Tudo leva a crer que a opção foi pela segunda alternativa. Porém, para tentar controlar a expansão verificada na rede privada, combatendo a possível formação de grupos que pudessem vir a monopolizar o setor, o governo viu-se obrigado a fomentar a concorrência no interior da referida rede.

Sem dúvida, o debate sobre a educação superior no país tem assumido contornos variados. Nesse debate, algumas vozes têm se levantado, revelando a crença de que a saída para a educação superior no país dar-se-ia pela ampliação da esfera privada, visando a garantir aos alunos maior opção, em termos de novos cursos e instituições, mediante a defesa da necessidade de se pensar em políticas mais ajustadas à complexidade e especificidades das IES privadas (TRIGUEIRO, 2000).

### **As opções das IES do DF pela criação de determinados cursos entre 1995 e 2005**

Considerando o período entre 1995 e 2005, os dados coletados permitem inferir que as motivações e estratégias adotadas pelas instituições de educação superior do DF, para criar seus cursos de graduação presenciais, mostraram-se diversificadas. Algumas criaram, inicialmente, cursos mais convencionais, como Administração, avançando depois para outros de maior prestígio social, como Arquitetura e Engenharia, oferecidos nas últimas décadas apenas pela universidade pública local.

Durante o referido período foram criados 320 (trezentos e vinte) cursos de graduação presenciais, em diversas áreas do conhecimento, pelas IES locais, notadamente aquelas de natureza privada, as quais correspondem a 97,0% do total dessas instituições (INEP, 2006). De acordo com a mesma fonte, as IES instaladas no DF ofereceram 425 desses cursos em 2005, distribuídos da seguinte forma: segmento público: a) Universidade federal/UnB (59) e Faculdade Estadual (1); b) segmento

privado: Universidade (53), Centros Universitários (98), Faculdades Integradas (43); Faculdades, Escolas e Institutos (166) e CET/FaT (5 cursos).

Os cursos ofertados em nível de DF, em 2005, representavam 22,1% dos cursos da região Centro-Oeste, num total de 1.923 cursos e 2,0% em relação ao Brasil (20.407). Para efeito de análise, os cursos pesquisados foram agrupados, no presente estudo, de acordo com a classificação de profissões proposta por Schwartzman (1999), compartilhando-se o princípio de que a análise das habilitações “[...] permite entender o que os estudantes buscam no ensino superior, e o tipo de produto, ou resultado, que obtêm a partir dos seus esforços. (p. 8)

A partir da proposta desse autor, os cursos foram assim agrupados: (i) profissões tradicionais (Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia); (ii) profissões sociais (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Psicologia e Serviço Social); (iii) novas profissões (Comunicação Social, Design, Enfermagem, Nutrição e Sistemas de Informação); (iv) Ciências Naturais (Ciências Biológicas, Ciência da Computação e Química); (v) Ciências Sociais (Filosofia, História e Relações Internacionais); (vi) Letras; (vii) Educação (Ciências da Educação, Curso Normal Superior, Pedagogia, Programa Especial de Formação Pedagógica Profissional); (viii) áreas aplicadas “vocacionais” (Marketing, Processamento de Dados, Secretariado Executivo, Turismo e Zootecnia); (ix) Artes (Desenho Industrial)

A Tabela 1, apresentada a seguir, mostra a evolução do número de cursos de graduação presenciais em nível nacional, regional e local, no período estudado, por ano.

Tabela 1: Evolução do Número de Cursos de Graduação Presenciais no Brasil, na Região Centro Oeste e no Distrito Federal, de 1995 a 2005

<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Distrito Federal</b>	<b>Nº de cursos criados</b>
1995	6.252	521	105	-
1996	6.644	560	105	0
1997	6.132	528	94	(-) 11
1998	6.950	607	121	27
1999	8.878	760	174	53
2000	10.585	989	218	44
2001	12.155	1.163	246	28
2002	14.399	1.395	294	48
2003	16.453	1.574	312	18
2004	18.644	1.693	343	31
2005	20.407	1.923	425	82
<b>1995/2005 Δ %</b>	<b>226,4</b>	<b>269,0</b>	<b>304,7</b>	-

FONTE: MEC/INEP/DEAES

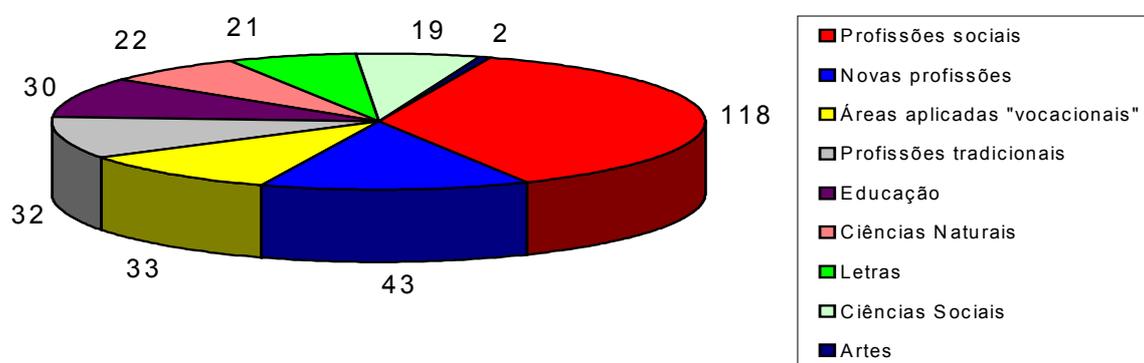
Revelando sintonia com a tendência nacional, em 2005, as IES privadas foram responsáveis pela criação da maior parte dos cursos de graduação presenciais no DF, sendo a maioria absoluta deles ofertada por estabelecimentos estritamente particulares, (312), número que representa 85,8% do total. Por sua vez, os estabelecimentos de natureza comunitária/confessional/filantrópica criaram 53 cursos. No período estudado, o número de cursos ofertados pelo setor privado da educação superior no país cresceu 309,6%, passando de 3.470, em 1995, para 14.216 no ano de 2005. No mesmo intervalo de tempo, essa expansão mostrou-se bem maior no DF, aumentando de 52 para 365 cursos, o que significou um crescimento da ordem de 601,9%. Todavia, verifica-se um crescimento lento no número de cursos criados pela esfera pública (de 52 para 60, respectivamente, em 1995 e 2005, representando uma taxa de 13,2%).

Os dados revelam que a maioria absoluta dos cursos criados concentrou-se em dois grandes períodos: entre 1998 e 2000 (80,1% do total) e entre 2001 e 2005 (72,7%), considerando-se a fase de expansão da educação superior privada local.

Entre 1995 e 1997, não foram criados cursos no DF. Ao contrário, percebe-se uma redução no número desses cursos (INEP, 1998). Ao que tudo indica, nesse período de tempo, o mapeamento das demandas pelas IES privadas interessadas em propor novas habilitações mostrou-se menos complexo do que a partir de 1998, quando a concorrência intensificou-se.

A seguir detalham-se as nove áreas, às quais se vinculam os referidos cursos, com base na classificação proposta por Schwartzman (1999).

Gráfico 1 – Cursos criados pelas IES do DF, por área, entre 1995 e 2005



Fontes: CNE/CEDF/Pareceres de criação dos cursos (1995-2005)

A maioria das IES privadas locais, instaladas no período 1968-1993, optou por criar cursos que visavam atender às necessidades do setor terciário (MARTINS, 1997). Nesse contexto, os cursos privilegiados normalmente se voltavam para áreas que contribuiriam para a instalação de Brasília como capital do país, como Administração, Contabilidade, Economia, Direito e Saúde, além de um considerável número de licenciaturas. Algumas das instituições criadas na fase de expansão deste segmento (1995-2005) preservaram essa tendência, o que se justifica, em parte, pela ampliação das demandas do setor de prestação de serviços no DF, nas esferas do público e do privado.

Como evidenciado no Gráfico 1, a maioria dos cursos criados, no período estudado, fazem parte das “*profissões sociais*” (36,8%), as quais têm passado, no plano nacional, por um significativo processo de expansão nos últimos anos. Porém, é importante considerar que, embora várias instituições tenham criado cursos voltados para o setor de serviços, como, por exemplo, Administração, isso ocorreu por meio de habilitações mais articuladas às novas demandas sociais – agroindústria, análise de sistemas, comércio exterior, cooperativismo, hotelaria, marketing, gestão de sistemas de informações, gestão de negócios, gestão de pessoas, administração pública, recursos humanos e gestão do terceiro setor. Em outros casos, tal tendência manifestou-se paralelamente à criação de cursos que parecem ser aqueles que vêm construindo a identidade das instituições que os ofertam.

Mantendo sintonia com o que ocorreu no país, na década de 1990, esses cursos podem ser vinculados a dois grandes blocos – cursos fundantes e cursos de ampliação – seguindo o raciocínio proposto por Sampaio (2000), ao analisar a questão, em nível de Brasil. No plano nacional, o segmento privado da educação superior procurou organizar-se para atender a demanda apresentada, na referida década, propondo cursos vinculados a esses dois blocos. De acordo com a autora, os cursos que compõem o primeiro bloco mostram-se associados à criação de novos estabelecimentos de educação superior e fazem parte, em geral, do processo de crescimento da esfera privada. Quanto aos cursos de expansão, traduzem estratégias de instituições já consolidadas, especialmente as de natureza também privada, para ampliar a oferta de ensino no mercado, concorrendo, inclusive, com aquelas de caráter público.

No caso do segmento privado do DF, em uma primeira etapa da expansão (1995-2001) os cursos predominantemente criados foram os *fundantes*, à proporção que, por meio deles, foi instalado um considerável número de novas instituições. Em um

momento posterior, constata-se uma tendência de as instituições já consolidadas no campo da educação superior local também criarem cursos visando a garantir sua participação no processo de luta que envolve os estabelecimentos locais.

A análise dos dados mostrou que, em geral, as escolhas das IES do DF por determinados cursos expressaram a preocupação com o mapeamento das demandas do mercado profissional. A intensificação do processo concorrencial entre essas escolas, nos últimos anos, indica que um número considerável delas tem sido criado por meio de cursos cuja definição deu-se em função da dinâmica do mercado local. Nesse sentido, uma estratégia bastante adotada foi a de criar cursos que, mesmo já sendo ofertados por outros estabelecimentos, buscassem um foco de atuação que, posteriormente, pudessem ajudar a definir suas identidades institucionais.

O foco, em questão, tem contribuído para que a instituição acumule forças para a luta que se trava entre ela e suas concorrentes, criando um diferencial nos cursos que oferta, ainda que tenha as demandas do mercado como referência. Tudo indica que um considerável número de IES privadas instaladas nos últimos anos no DF converge seus projetos acadêmico-institucionais dos cursos, suas atividades de ensino e, em casos bem restritos, de pesquisa, bem como a contratação de professores para um certo foco. A lógica adotada tende a revelar que, independentemente de ser de pequeno ou grande porte, qualquer IES vem criando seus cursos de graduação presenciais tendo esse foco de atuação como referência para distinguir-se de suas concorrentes.

Dependendo de seus interesses específicos no campo da educação superior local, as IES diversificaram as estratégias para oferecer seus primeiros cursos. No caso particular de duas instituições, verifica-se que os cursos foram criados com o intuito de assegurar espaço para parte daqueles ofertados por uma terceira que atua em outras capitais do país (Goiânia, Manaus e São Paulo), e à qual estão ligadas pela mesma mantenedora. Já sendo autorizados e reconhecidos, esses cursos garantem-lhe vantagens sobre grande parte das concorrentes, sejam antigas ou novas e com níveis diferenciados de prestígio local. É razoável supor que a opção da referida instituição em começar funcionando, de imediato, com um número considerável de cursos decorre de dois fatores básicos. Um, refere-se à demanda existente para a educação superior, e o outro, à possibilidade, caso haja uma retração do mercado, de poder remanejar vagas de um curso para outro, valendo-se de sua autonomia acadêmica como universidade.

Mostrando-se atentas às transformações que se verificaram no cenário da educação superior do país na década passada, outras IES foram criadas por meio de

curso voltados para a *formação de professores/educação* (9,3% do total). Entretanto, essas instituições ampliaram o leque dos seus cursos, possivelmente em razão direta das pesquisas de mercado que apontaram para demandas mais específicas. Algumas procuraram oferecer, juntamente com as licenciaturas, outros cursos, objetivando diversificar as áreas que os candidatos à educação superior pudessem vir a encontrar, como informática e saúde. Fundamentalmente, a ênfase nas licenciaturas apoiou-se na determinação apresentada pela LDB 9.394/96, segundo a qual, até o ano de 2007, todos os professores no Brasil deverão já possuir graduação ou estar cursando-a. Neste cenário, um outro curso criado foi o Normal Superior – Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Além de considerar o campo promissor apontado pela legislação educacional, a opção de algumas IES por iniciar suas atividades com cursos desta natureza revela muitas vezes estar associada à relação custo/benefício, como, por exemplo, a Licenciatura em Pedagogia – Habilitação em Administração Educacional nas Empresas, Coordenação Pedagógica, Educação para Portadores de Necessidades Especiais, Formação Pedagógica do Profissional Docente, Gestão Educacional, Magistério na Educação Infantil, Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Magistério Pedagógico das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Tecnologias Educacionais. No contexto da recente expansão da educação superior privada local, essa relação tem se constituído em elemento importante para as IES serem criadas com determinados cursos. Essa preocupação levou algumas a optarem por cursos de áreas afins, como Biologia e Psicologia, visando à racionalização no uso dos laboratórios e de professores em áreas carentes desses profissionais.

Outra justificativa para a aposta na demanda evidenciada pelo mercado na década passada em relação à formação de professores, estaria respaldada na “tradição” que o DF vem construindo, diante das outras unidades federativas, em relação à qualidade do ensino público, considerando-se os resultados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/SAEB, nos últimos anos. Neste contexto, outro curso bastante focado pelas IES foi o de Letras – Habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas, Língua Portuguesa e Literaturas, Português/Espanhol e Literaturas, e Português.

Por outro lado, ainda que a opção pelas licenciaturas tenha sido bastante observada nessas instituições, algumas delas propuseram cursos dessa natureza, visando

a resolver, especialmente, questões internas e associadas à identidade que desejava perseguir no setor privado. Tudo indica que essas instituições perceberam, na política governamental definida para a educação superior, na última década, a oportunidade para contornar dificuldades enfrentadas pelos seus mantenedores, em relação aos estudos teológicos que ofertavam. Considerando a proximidade que o curso com o qual foi criada – Licenciatura em Filosofia – mantinha com os cursos livres oferecidos pelas escolas de ensino médio que lhes deram origem, as referidas instituições optaram por criar um curso que absorvesse grande parte dos seus próprios alunos.

Quanto aos cursos ligados às *profissões sociais*, verificou-se que algumas IES, ao criá-los, tenderam a apostar na possibilidade de recorrer a poucos professores – porém, com qualificação elevada – visando a estruturar suas práticas em torno de habilitações que mantenham certa proximidade em relação às áreas do conhecimento.

Entretanto, no âmbito dos estabelecimentos privados, as carreiras associadas a cursos desta natureza revelam uma perspectiva “compensatória” – das carreiras derivadas e/ou associadas a cursos relacionados às profissões sociais – à proporção que não requerem altos investimentos, como, por exemplo, laboratórios e instalações mais complexas. A análise feita por Sampaio (2000), em relação às recentes transformações sofridas pelo segmento privado da educação superior no país, sinaliza que tais cursos, geralmente, não contam com professores em tempo integral, sendo ofertados “[...] contra anuidades de menor valor e, por isso, mais competitivas. São, portanto, menos seletivos do ponto de vista sócio-econômico.” (p. 98)

Outras IES optaram por cursos de áreas nem sempre afins, na expectativa de conciliar cursos mais caros (Sistema de Informações) e outro mais barato (Licenciatura em Letras). Trabalha-se com a hipótese de que, do ponto de vista de implantação, o segundo curso torna-se menos oneroso que o primeiro. Além disso, é razoável supor que essas instituições expressam a clareza de que tais cursos dirigem-se a clientela com perfis relativamente diferenciados.

Em decorrência da competição estabelecida entre as IES privadas locais, várias parecem ter sido criadas após mapearem os cursos ofertados pelas concorrentes do mesmo segmento e pelas duas públicas locais. Uma delas, por exemplo, criou o curso de Psicologia, em 1996 (INEP, 1998) ao constatar que este era oferecido apenas pela UnB e por outra instituição de natureza privada, instalada ainda em 1968.

A recente instalação de várias dessas instituições apresentou, ainda, outras peculiaridades, considerando-se as motivações que as levaram a serem criadas a partir

de determinados cursos. Verifica-se uma opção expressiva pelo curso de Administração, pois havendo um mercado promissor para ele, em Brasília, isso poderia evitar que determinadas IES privadas viessem a lidar, precocemente, com índices elevados de evasão, os quais, nos últimos anos, no Brasil, têm sido associados, freqüentemente, à questão da inadimplência, atingindo estabelecimentos de porte diferenciado.

Ao optarem por determinados cursos, as instituições em foco revelam compreender que os diferenciais de renda oportunizados pela educação superior ainda são bastante altos, levando-as a identificar as áreas mais atrativas para os alunos. Por outro lado, grande parte das instituições mais recentemente criadas revela perceber a saturação do mercado para alguns cursos que fazem parte das “profissões liberais tradicionais”, como, por exemplo, Ciências Contábeis.

Em outra direção, alguns cursos, como aqueles ligados à informática – classificados neste estudo no grupo das “*novas profissões*” – pertencem a áreas emergentes e prestigiadas, comparativamente a vários outros, atraindo um grande número de candidatos à formação profissional. Cursos como esses foram propostos por instituições criadas tanto na fase de instalação quando de expansão do campo da educação superior do DF, confirmando a preocupação de várias delas com as demandas e a lógica do mercado. Os dados revelaram que a preocupação com o impacto das novas tecnologias nos sistemas de informação parece ter influenciado a opção de várias IES na criação de seus cursos iniciais, especialmente no caso daquelas criadas a partir de 2001.

No período estudado, as IES pesquisadas investiram em alguns cursos, considerando o retorno que poderia advir. Em alguns casos, tudo indica que foi levado em conta, ainda, o fato de a evasão de alunos vir se mostrando mínima, em relação a vários outros, como é o caso do curso de Direito, devido à sua tradição. Entretanto, apesar da grande disputa em torno do referido curso, ele foi criado apenas por nove instituições, quatro das quais possuindo mais tradição no campo investiga.

No campo das *novas profissões*, um curso criado por um número considerável de IES foi Comunicação Social – Habilitação em Publicidade, Jornalismo, Propaganda, Radialismo e Relações Públicas – e, em intensidade bem menor, Design (Habilitação em Design de Interface Gráfica).

Também é importante considerar que uma grande parte dos novos cursos foi criada voltando-se para profissões administrativas de conteúdo e propostas genéricas, como, por exemplo, Marketing, Turismo, Secretariado Executivo – Bilíngüe e Trilíngüe Português/Inglês/Espanhol –, Ciência da Computação e Processamento de Dados. Esses

cursos convergem para as *áreas aplicadas “vocacionais”* e situam-se, em geral, em uma fatia do mercado de trabalho que continua a se expandir no DF.

Sua característica principal é que eles não se estruturam nem a partir de uma profissão antiga ou nova, como a engenharia e a psicologia, nem de uma área de conhecimento como a Física ou a Química, e sim por uma atividade como a hotelaria, o turismo e o secretariado executivo. (SCHWARTZMAN, 1999. p. 10).

No período entre 1962 e 1993, cursos como Arquitetura, Engenharia e Medicina (*profissões tradicionais*), Enfermagem e Nutrição (*novas profissões*) e Zootecnia (*áreas aplicadas “vocacionais”*) foram de monopólio da universidade pública local. Entretanto, esse quadro mudou a partir da segunda metade da década passada, quando também a rede privada passou a ofertá-los. Particularmente, os cursos de Engenharia ganharam espaço – Habilitação em Civil, Alimentos, Produção Elétrica e Computação.

Na área de Artes, a procura foi praticamente inexpressiva, tendo sido o curso de Desenho Industrial – Habilitação em Programação Visual e Projeto do Produto – criado por apenas uma IES.

Por último, vale ressaltar que, em linhas gerais, os cursos de graduação presenciais criados no DF, no período considerado neste estudo, voltaram-se para áreas que continuam a se expandir enquanto mercado de trabalho. Eles foram propostos pela maioria das IES mais novas e por algumas mais antigas, que viram neles uma oportunidade de se alinhar às demandas apresentadas pelo mercado. Em parte, esta tendência manteve semelhança com o plano nacional, à proporção que, no país, ocorreu, na última década, “[...] a criação de novos cursos em estabelecimentos consolidados porém inscritos em regiões mais saturadas quanto à oferta privada de ensino superior.” (SAMPAIO, 2000, p. 93).

### **Considerações finais**

O objetivo desta pesquisa foi o de desvelar a natureza e as tendências mais gerais que vêm orientando a criação dos cursos de graduação presenciais no Distrito Federal, no período entre 1995 e 2005. Nessa análise, destacou-se a grande expansão verificada notadamente no segmento privado local, no referido período, considerando o processo de luta do qual participam as instituições que o compõem.

Os dados analisados permitiram concluir que a política educacional adotada para a educação superior, nos últimos dez anos, apresentou determinadas vantagens para a exploração pelo segmento privado, estimulando a expansão e possibilitando que as IES venham propondo cursos de graduação, enfaticamente orientados pelo mercado e pelo processo concorrencial de que participam. Essa política pode ser avaliada como estratégica, traduzindo a intenção do governo de não destinar verbas suficientes para o pleno funcionamento da educação superior pública, a despeito das grandes demandas sociais apresentadas para esse segmento. Sob essa ótica, ao permitir a abertura de um considerável número de IES privadas, o próprio governo teria contribuído para agravar a situação das escolas públicas, ao mesmo tempo em que validava a idéia de “[...] submissão da educação aos interesses imediatos do mercado.” (MANCEBO, 2004, p. 21).

A recente expansão da educação superior privada local ocorreu possibilitando a instalação das IES em várias cidades do DF, ao contrário do que se verificou na fase de sua instalação (1968-1993), quando houve uma concentração dessas instituições na região de Brasília. Em um curto espaço de tempo, alterou-se consideravelmente um cenário caracterizado pela existência de poucas instituições locais, destinadas à educação superior. Assistiu-se, assim, ao seu impressionante crescimento quantitativo e a criação diversificada de cursos, de acordo com as demandas apresentadas pelo mercado. Reguladas pelo princípio da concorrência, essas instituições mostram-se diversificadas em termos das opções pelos cursos criados, visando a atender a clientela-objeto que as procuram.

À medida que as demandas locais para a educação superior modificaram-se na década passada, as referidas instituições procuraram acompanhá-las, por meio de estratégias diversas – criando novos cursos de graduação, atendendo às exigências do mercado, atualizando os currículos dos seus cursos. Todavia, tudo indica que algumas instituições que possuem mais prestígio diante das demais foram criadas por meio de cursos que se propunham distingui-las das concorrentes, como a área das Agrárias.

No DF, o controle da criação de alguns cursos, como Arquitetura, Medicina e Nutrição foi assegurado durante os últimos vinte anos. Entretanto, esse quadro alterou-se, a partir da segunda metade da década de 1990, à proporção que os referidos cursos e outros, antes monopolizados pela universidade pública local, passaram a serem ofertados, mais recentemente, por algumas instituições superiores privadas. Por outro lado, cursos como Administração parecem vir se multiplicando de maneira, até certo

ponto desordenada, com pouco planejamento de crescimento do mercado, ainda que a economia local mantenha-se voltada, predominantemente, para o setor terciário.

Em função da intensificação da concorrência da qual participam, as instituições pesquisadas têm mapeado, nos últimos anos, cursos que, sendo ou não inovadores, ainda sejam pouco ofertados em determinadas áreas e/ou regiões do DF. Porém, ao criar esses cursos, têm procurado imprimir-lhes certo diferencial. Em linhas gerais, foi possível concluir que as opções por alguns cursos revelaram-se associadas à elevada renda da população local em um considerável número de casos e às atividades vinculadas às organizações públicas instaladas na Capital Federal.

Sem dúvida, o grande aumento do número de cursos ocorrido no contexto da expansão do segmento privado local, no período 1995- 2005, deu-se em função do lucro que este podia ou ainda pode oferecer. Mas, a concorrência entre as instituições que constituem esse campo tem se mostrado bastante intensa e acirrada nos últimos anos. As formas manifestas e/ou latentes dessa concorrência têm contribuído para que as escolas pesquisadas procurem criar cursos de graduação, visando a definir, de forma mais clara, seus perfis institucionais. Esse processo poderá continuar levando-as a aumentar “[...] o seu escopo de diferenciação acadêmica, o que, ao mesmo tempo, as conduzirá a intensificarem a busca de resultados satisfatórios e adequados aos seus objetivos proclamados.” (MARTINS, 1997, p. 185)

O estudo revelou, também, que as IES privadas do DF estão seguindo uma tendência nacional, concebendo suas propostas, em grande parte, segundo a lógica da concorrência do mercado. Sob esse ângulo, disputam alunos-clientes que possuam perfis diferenciados e uma demanda igualmente diversificada. Essa clientela mostra-se distinta em função de diversos fatores, como, por exemplo, as carreiras que busca, os cursos ofertados e a localização geográfica no segmento pesquisado.

Por último, reitera-se que mercado assume, no setor privado, um peso relevante, o qual é considerado no planejamento dos seus serviços, produtos e cursos ofertados. Não obstante, é preciso levar em conta que o mercado não se mostra suficientemente capaz de controlar a qualidade de ensino. Na avaliação de alguns pesquisadores desse tema, isso se deve, em parte, ao fato de as expectativas da clientela da educação superior serem “[...] muito diversificadas; às vezes, até mesmo a má qualidade do ensino ou a baixa exigência acadêmica dos cursos superiores é uma demanda de mercado.” (SAMPAIO, 2000, p. 374).

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. A. “A reforma da educação básica e as condições materiais das escolas”. In: SILVA, A. M. M. et all. **Retrato da escola no Brasil**. Brasília: [s.d], 2004, p. 121-139.
- BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, v. 13, n. 248, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Catálogo geral de instituições de ensino superior**. Brasília, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 1995**. Brasília: INEP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse estatística da educação superior: censo 2005**. Brasília: INEP, 2006.
- DOURADO, L. F. “Gestão democrática da escola: movimentos, tensões e desafios” In: SILVA, A. M. M. et all. **Retrato da escola no Brasil**. Brasília: [s.d], 2004, p. 65-80.
- GOIS, A. Eunice Durham deixa o Conselho Nacional de Educação acusando o MEC de favorecer ensino privado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 jul. 2001. Caderno Brasil, p. 11.
- GRACINDO, R. V. “Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento”. In: SILVA, A. M. M. et all. **Retrato da escola no Brasil**. Brasília: [s.d], 2004, p. 163-175.
- MANCEBO, D. Apresentação. IN: MANCEBO, D. & FÁVERO, M. de L. de A. (Orgs). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 15-29.
- MARTINS, C. B. O ensino superior privado no Distrito Federal. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 102, p. 157-186, nov. 1997.
- SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.
- SILVA JUNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000, p. 158-177.
- SOUSA, J. V. de. & ARAÚJO, J. **A educação superior no Distrito Federal: 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006.
- SOUSA, J. V. de. O ensino superior privado no Distrito Federal: uma análise de sua recente expansão (1995-2001). Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília: Departamento de Sociologia, 2003, 292 p.
- SCHWARTZMAN, S. **O ensino superior no Brasil – 1998**. Brasília: INEP, 1999.
- TRIGUEIRO, M. G. S. **O ensino superior privado no Brasil**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.